

## **O LUGAR DA SOBERANIA NA BIOPOLÍTICA DE MICHEL FOUCAULT E GIORGIO AGAMBEN**

José Luís Ferraro<sup>17</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

jose.luis@pucrs.br

**Resumo:** O presente ensaio visa discutir o lugar da soberania na biopolítica de Michel Foucault e Giorgio Agamben. Para tanto, articula o tema do poder soberano com conceitos relacionados à compreensão de biopolítica em ambos autores.

**Palavras-chave:** soberania; Michel Foucault; Giorgio Agamben.

**Abstract:** This essay aims to discuss the place of sovereignty in Michel Foucault and Giorgio Agamben biopolitics. To this end, it articulates the theme of sovereign power with concepts related to the understanding of biopolitics in both authors.

**Keywords:** sovereignty; Michel Foucault; Giorgio Agamben.

O termo biopolítica, cunhado pelo filósofo francês Michel Foucault, marca a associação do fator biológico ao conceito de poder relacionando-se ao governo dos vivos. Trata-se de um biopoder como um conjunto de técnicas e procedimentos que se exerce por meio de dispositivos – tecnologias de poder – sobre aquilo que se convencionou chamar de população. Assim, o biopoder se converte no meio pelo qual a biopolítica é exercida, tendo a população como seu alvo (FOUCAULT, 2008a; 2008b).

Foucault desenvolve suas percepções sobre a biopolítica quando propõe o estudo em torno da governamentalidade. Governar é conduzir condutas; logo, não se trata, agora, dos mecanismos disciplinares até então discutidos pelo autor e que tinham o corpo como território do exercício de um poder que desejava corrigi-lo. O objetivo desloca-se do corpo individual ao corpo social, garantindo uma melhor circulação de coisas e pessoas em um espaço previamente organizado pela distribuição disciplinar (FOUCAULT, 1999; 2008a).

Nesse contexto, serão os dispositivos de segurança – a inserção de eventos (in)desejáveis no interior de um cálculo de risco – que irão possibilitar a antevisão ou previsibilidade de acontecimentos prováveis, contabilizados pela média de sua

---

<sup>17</sup> Doutor em Educação. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Educação em Ciências e Matemática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

ocorrência e/ou recorrência. A reorganização das formas de circulação visa produzir um estado de normalização desejável a partir de parâmetros aceitáveis (FOUCAULT, 2008a).

É assim que a partir do século XVIII que, segundo Foucault, os governantes passaram a atuar cuidando da população, transformando espaços a partir da instauração de novos regimes de circulação dos indivíduos<sup>18</sup>, para que não haja exposição dos mesmos a riscos desnecessários. Na pior das hipóteses – com a continuidade dos riscos –, que os mesmos possam ser diminuídos pela intervenção após um olhar atento e vigilante do governante (FOUCAULT, 2008a). A vigilância desde o poder disciplinar<sup>19</sup>, continua a exercer um papel fundamental no governo da população; agora ampliada, é compreendida como *surveillance* – um estágio aprimorado da vigilância e suas tecnologias – na sociedade de controle<sup>20</sup> (DELEUZE, 1992).

Caso, risco, perigo e crise; um escalonamento que corresponde a diferentes dimensões as quais um governante pode ater-se para analisar o avanço de determinados acontecimentos e desenhar possíveis intervenções biopolíticas para que o cuidado com a população de fato se materialize e se efetive a partir do imperativo “fazer viver”. A vigilância em relação a identificação dos casos para posteriormente – individualmente para cada caso – calcular os riscos e, então, averiguar os perigos associados e um potencial desencadear de uma crise (FOUCAULT, 2008a).

Para ilustrar, Foucault em *Segurança, território e população* (FOUCAULT, 2008a), apresenta o exemplo da epidemia de varíola na Inglaterra entre os séculos XVII e XVIII. As práticas de imunização como estratégias biopolíticas, foram essenciais para que o número de casos diminuísse. Assim, foi essencial para que a crise em decorrência do espalhamento do contágio pudesse ser evitada.

O fato é que a emergência de um discurso biopolítico fez despertar a necessidade de um saber sobre a população. Ao longo do século XVIII foi necessário

---

<sup>18</sup> Os regimes de circulação correspondem aos modos como governantes passam a determinar a circulação de pessoas e coisas em determinado território. A garantia da “boa circulação” faz parte da ação daqueles que governam as populações, tema central da biopolítica foucaultiana.

<sup>19</sup> O poder disciplinar é o poder que se exerce sobre os corpos dos indivíduos com a finalidade de corrigi-los. O disciplinamento dos corpos depende da vigilância que se exerce sobre os mesmos para que, assim, se possa intervir através de sanções que normalizem gestos, ações, comportamentos em um nível individual.

<sup>20</sup> A sociedade de controle, segundo Gilles Deleuze, consiste em uma derivação da sociedade de disciplinar. Enquanto nesta o poder se produz e circula a partir de práticas institucionalizadas – confinando os indivíduos –, na sociedade de controle o poder não necessita do confinamento institucional, sendo utilizadas tecnologias para controlar indivíduos de maneira remota, mas oferecendo aos mesmos uma sensação de liberdade.

esboçar pesquisas censitárias para averiguar os modos de vida das populações na Europa: conhecer as taxas de natalidade, mortalidade, os números relacionados às doenças e a distribuição geográfica dos casos etc. Surge a necessidade de analisar séries específicas referentes à população que são de interesse do Estado; surge a estatística, em espanhol “estadística” – uma ciência que insere os acontecimentos relacionados à população em uma lógica numeramentalizada.

Ainda, dois séculos antes, ao longo do século XVI como nos mostra o autor francês, o governo da população se converte em um dos temas mais importantes discutidos. Nesse período são publicados uma série de tratados políticos, cada um deles compreendido como uma diferente *arte de governar* (FOUCAULT, 2008a). Governar a si mesmo, governar a família, governar as crianças, governar o Estado. Múltiplas formas de governo foram debatidas exaustivamente; neste caso, na esfera da moral, da economia, da pedagogia e da política, respectivamente.

Entre elas, Maquiavel aparece dando conselhos ao príncipe (MAQUIAVEL, 1976). Sua obra consiste em auxiliar um príncipe imaginário a estreitar os laços entre este governante e seu principado. Tratava-se de fazer o mesmo ser aceito pela população que agora, por ele, passa a ser governada, já que o mesmo a transcende por não se tratar de uma relação orgânica natural – considerando que o principado tende a ser herdado, comprado, mas geralmente é conquistado por meio da imposição de certa violência referente à subjugação inerente ao ato da conquista.

Nessa perspectiva, a partir da fragilidade da relação príncipe-principado, o soberano compreende que é este ponto que tende ser o alvo dos ataques de seus inimigos para desestabilizar o seu governo. Logo, uma intervenção inimiga que abalasse tal relação, dificultaria que a população endossasse suas práticas e seu nome como seu governante legítimo. Assim, Maquiavel sugere ao príncipe que se dedique a um governo político – o que significa colocar o bem comum acima de qualquer moral, valorizando a população, focando em seu bem-estar. Se os súditos compreendessem a dedicação do governante à população, poderia tranquilizar-se para sair a conquistar mais territórios ampliando seu poderio e a força política de seu governo (FOUCAULT, 2008a; MAQUIAVEL, 1976).

O que se coloca aqui é, claramente, o problema da soberania. Foucault evidencia um Maquiavel que exerce cada vez menos seu poder pela força e pela violência e opta por uma biopolítica do cuidado. O filósofo francês assinala que com o desfazimento do sistema feudal houve uma transição do soberano – que dispunha do poder de vida e

morte – para o governante que deveria fazer viver; um governante cuja finalidade é sempre o governo da população (FOUCAULT, 2008a).

No entanto, a soberania é vista de maneira distinta quando se trata de perceber a compreensão biopolítica que nos é oferecida por Giorgio Agamben em relação a Michel Foucault. Para Agamben, não há esse abandono da soberania na transição das formas de governo. Os governantes modernos e contemporâneos permaneceram dispostos de um poder soberano. Segundo o autor italiano, o exercício deste poder consiste na possibilidade de exposição dos indivíduos, ou seja, da população, à violência: seja ela física ou simbólica (AGAMBEN, 2002; 2004; 2008).

A implicação de um governar pela violência que está no cerne da soberania é a produção de um estado de exceção que se configura pela suspensão de direitos. Isso significa que durante o estado de exceção há a impossibilidade do exercício pleno e efetivo de direitos, tendo em vista às restrições impostas à população. A exceção se produz como captura do sujeito para o interior de uma realidade violenta de degradação das formas de vida, pois aos sujeitos é oferecido um mínimo para sua sobrevivência. O “fazer viver” como compromisso político do governante para com a população agora se transfigura em sobrevida; na sobrevivência que oferece o mínimo para uma vida degradante (AGAMBEN, 2002; 2004; 2008).

A violência do poder soberano observada na organização das sociedades neoliberais retira as potências da vida reduzindo os seres vivos a um mínimo biológico. A perda da dignidade humana acompanha a dessacralização da vida e produz aquilo que Agamben denominou de vida nua. A vida nua é a vida matável. É uma vida protegida como bem jurídico, tutelada pelos direitos humanos e, portanto, não sacrificável, mas uma vida matável por ser uma vida sem valor, ou com valor reduzido (AGAMBEN, 2002).

Na sociedade de controle, quando se fala na gestão dos indesejáveis, geralmente se está fazendo referência à vida nua, àquela que pode ser aniquilada, tal qual nos campos de concentração, onde os prisioneiros sofriam diariamente os efeitos do poder soberano sobre seus corpos e comportamentos, de um estado de exceção que os objetifica e que os lança sua própria sorte, tal qual o *Homo sacer*<sup>21</sup>, personificação da vida nua (AGAMBEN, 2002). Na Roma antiga, com a perda de seus direitos por ter ameaçado a *Pax Deorum*, o *Homo sacer* estava consagrado aos deuses;

---

<sup>21</sup> O *Homo sacer* corresponde ao “homem sagrado”. Tendo realizado algum ato que pudesse ameaçar a *Pax Deorum*, um pacto entre os deuses e os humanos, sua consagração diz respeito ao fato de ser entregue aos deuses, lançado assim à sua própria sorte; deixado à mercê da vingança divina. Nesse sentido, torna-se sagrado, em sentido negativo. Por ameaçar a paz entre humanos e divindades, perdia seus direitos e tornava-se uma vida sem valor, matável.

no entanto, se alguém o assassinasse não seria punido, pois consistia na personificação da vida nua (AGAMBEN, 2002).

A crítica de Agamben em relação à política está direcionada, exatamente, ao exercício político. Proposições reformistas, como as que temos vistos na atualidade – que retiram direitos da população como as reformas trabalhista e da previdência –, coadunam com a ideia de exposição da população a um tipo de violência simbólica que produz a vida nua como modo existencial da classe trabalhadora, cada vez mais mergulhada em condições aviltantes de sobrevivência. Reafirma-se, assim, a soberania que produz a exceção e – em seu interior – o paradoxo do poder que acompanha as decisões do soberano, onde ao mesmo tempo percebemos a in/exclusão da vida, atribuindo a ela, simultaneamente, um (des)valor (AGAMBEN, 2002; 2004).

Na ordem política de exercício da soberania, ainda, outro paradoxo se produz, segundo Agamben: o posicionamento concomitantemente exterior e interior do governante em relação à lei. Interior porque o mesmo tem o poder de jurisdição, ou seja, de dizer o direito em relação à população que governa (AGAMBEN, 2002). A jurisdição consiste em fazer valer a vontade do soberano em relação ao modo como ele quer/deseja que as coisas sejam reguladas. No entanto, para a manutenção da lei, o soberano deve contar com as instituições.

Por estar em uma posição exterior no que tange à manutenção desse direito, ele precisa estabelecer uma espécie de relação obrigatória e positiva com personagens específicos: trata-se de uma simbiose com os representantes institucionais de um país: outros membros do executivo, com o legislativo, com o judiciário, peritos e expertos nas mais diversas áreas (AGAMBEN, 2004). Trata-se de esboçar uma articulação política que lhe permita garantir o funcionamento da ordem jurídico-legal de acordo com seus desígnios.

Esse movimento, muitas vezes, produz uma falsa impressão de jogo democrático ao normalizar determinadas relações entre personagens políticos que não consideradas republicanas. Evidencia-se uma banalização da soberania o que produz em muitos governantes a crença de que detêm um poder ilimitado e que pode ser colocado acima de qualquer coisa, inclusive do Estado de Direito. Destarte, opera-se uma normalização da violência como forma de governo observada pela truculência e pela indigência das políticas e das intervenções governamentais que passam a constituir formas de governos totalitárias que produzem a exceção cada vez mais como uma tecnologia do poder soberano.

Na análise biopolítica que pode ser realizada entre Foucault e Agamben existe entre ambos uma divergência marcada pela percepção em torno da soberania. Enquanto que para Foucault a soberania continua se exercendo em termos de uma relação de governo que perdura entre governante e população relacionada ao elo entre ambos, que permite que o primeiro exerça o biopoder sobre a segunda; em Agamben a soberania é elemento intrínseco ao poder político e está associada à possibilidade vil e repressiva sob forma de intervenção soberana.

Não se trata, neste breve ensaio, de confrontar autores para que se possa adotar um posicionamento que exprima algum juízo de valor que, por sua vez, exija um posicionamento maniqueísta em relação à biopolítica entre Foucault e Agamben –, mas de perceber duas importantes leituras de realidade que, na contemporaneidade, nos permitem compreender distintos cenários políticos e suas tramas, bem como as complexas tomadas de decisão dos governantes na esfera pública.

Por fim, problematizar o lugar da soberania no interior da política e do fazer político, consiste em perceber que não há rompimento entre esta e a biopolítica; evidenciada como forma de resistência ao próprio poder soberano que pouco nos oferece, diminuindo as potências da vida. Passamos, assim, a colocar sob suspeita toda e qualquer forma de governo, ao mesmo tempo em que se produz em nós um despertar crítico em tom de insubmissão (FOUCAULT, 1990), momento a partir do qual nos questionamos em relação às formas como nos estamos deixando governar. A crítica e as contracondutas como resistência biopolítica se convertem nos pulsos de uma população que, ainda, pulsa.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estado de exceção** [Homo Sacer, II, I]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha [Homo sacer III]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

DELEUZE, Gilles. Sobre as Sociedades de Controle Post-Scriptum. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. **Bulletin de la Société française de philosophie**, Vol. 82, nº 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.